

CIP - Catalogação na Publicação

Morais, Roberta da Silva
O ENSINO DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA: UM
OLHAR SOBRE AS DISSERTAÇÕES DO PROFHISTÓRIA
(2016-2021) / Roberta da Silva Moraes. -- 2021.
25 f.
Orientadora: Caroline Silveira Bauer.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em
História, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. ensino de história. 2. ditadura civil-militar.
3. profhistória. 4. mestrado profissional. I. Silveira
Bauer, Caroline, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA – 2021-1

**O ENSINO DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA: UM OLHAR SOBRE
AS DISSERTAÇÕES DO PROFHISTÓRIA (2016-2021)¹**

Roberta da Silva Moraes

Orientadora: Profa. Dra. Caroline Silveira Bauer

Resumo: Este trabalho analisa dissertações produzidas por professores/as da Educação Básica, no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), entre os anos de 2016 e 2021, sobre o tema do ensino da ditadura civil-militar brasileira. Apresenta uma síntese dessas produções com o objetivo de identificar as discussões e as contribuições das pesquisas para os debates sobre a temática. A análise foi realizada com o objetivo de identificar os problemas de pesquisa levantados pelos/as professores/as pesquisadores/as, os referenciais teóricos que subsidiaram as investigações e as chamadas dimensões propositivas. Observou-se que os/as professores/as têm produzido trabalhos que ampliam as possibilidades de recursos didáticos para o ensino da História da ditadura civil-militar brasileira, lançando mão de arcabouços teórico e metodológicos que possibilitem a aprendizagem crítica dos/as alunos/as. Há uma evidente preocupação com um ensino de História capaz de fortalecer os valores democráticos, o conceito de cidadania, de democracia e as liberdades individuais e coletivas, bem como a identificação da necessidade de conscientização sobre os Direitos Humanos. Percebeu-se que os/as professores/as têm proposto atividades que aproximem os estudantes do método historiográfico para que, dessa forma, aprendam a fazer uma leitura crítica da sociedade em que vivem.

Palavras-chave: ensino de história; ditadura civil-militar; profhistória; mestrado profissional.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em formato de artigo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharela em História.

Desde o mestrado, ocasião em que fui discente do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), venho me envolvendo com a temática do ensino da ditadura civil-militar brasileira e percebo a preocupação de professores e professoras, das escolas às universidades, sobre *o que* ensinar e *como* ensinar a temática. Os questionamentos não são sem fundamento. Se de longa data a ditadura civil-militar gera disputas de memórias e narrativas, seu ensino nas escolas da Educação Básica tem sido alvo dos mesmos embates. Frente a negacionismos, acusações de um ensino ideologizado e de celebrações pela volta do período ditatorial, professores/as de História vêm refletindo sobre sua prática em sala de aula.

Diante desse cenário, o presente trabalho faz uma análise das dissertações produzidas por professores/as pesquisadores/as, no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino de História, entre os anos de 2016 e 2021, a respeito do ensino da ditadura civil-militar brasileira. Com este estudo, objetiva-se identificar o que vem sendo produzido e as contribuições das pesquisas realizadas para os debates sobre o ensino da ditadura civil-militar. Procuramos identificar os problemas de pesquisa levantados pelos/as professores/as pesquisadores/as, os referenciais teóricos que subsidiaram as investigações e as chamadas dimensões propositivas. Com isso, nossa intenção é levantar algumas reflexões para que possamos compreender de que maneira as produções dos/as docentes respondem aos diagnósticos e aos desafios do ensino da ditadura identificados por eles/as.

No levantamento de bibliografia a respeito do ProfHistória, encontramos apenas um trabalho que se propunha a fazer uma síntese das produções realizadas no programa sobre o tema do ensino da ditadura. Em artigo intitulado “*O ensino da ditadura civil-militar no tempo presente pelo olhar dos professores mestres do ProfHistória*”, Alessandra Carvalho (2021) analisa dissertações de mestrado produzidas por egressos/as do programa sobre o ensino da História da ditadura civil-militar, entre os anos de 2014 e 2019. A proposta da autora é analisar os significados atribuídos ao ensino da História da ditadura brasileira pelos/as professores/as, relacionando-os às finalidades que definem para o ensino de História. Assim, parte de duas premissas principais para a elaboração de suas reflexões: a primeira é de que o tempo presente é um elemento articulador das aulas de História e das práticas docentes. Sob este prisma, leva em consideração as implicações das políticas de memória levadas a cabo pelo Estado, bem como as mobilizações públicas de grupos que justificam ou negam o período ditatorial brasileiro, elementos que se relacionam com a crise política vivida nos tempos atuais e que se fazem presentes nas aulas de História. Diante dessa perspectiva do tempo presente, a autora também aponta a importância de reconhecermos que a produção de novos usos e sentidos do passado ditatorial pela história escolar está relacionada “com o que apresentam os estudantes,

as diretrizes curriculares, a historiografia, os debates políticos” (CARVALHO, 2021, p.4) e que, portanto, é um processo permanente.

A segunda premissa apontada pela autora diz respeito à emergência, no campo da História, de um movimento de reflexão a respeito do caráter político e ético do campo, relacionado às demandas por novas formas de escrever e ensinar História que leve em conta a pluralidade de sujeitos e subjetividades (CARVALHO, 2021, p.4). A autora observou que essas dinâmicas acabaram refletindo nas produções dos/as professores/as, cujas reflexões foram ao encontro da defesa da história escolar enquanto instrumento capaz de desenvolver nos/as estudantes a capacidade de compreender e problematizar as disputas em torno das memórias da ditadura, a partir de tentativas de construir com seus/suas alunos/as conhecimentos históricos sobre democracia, ditadura e direitos humanos (CARVALHO, 2021, p. 27).

Ao nos somarmos aos debates, acreditamos que podemos contribuir não só com a divulgação das pesquisas já realizadas, mas também para as futuras pesquisas sobre a temática em tela. Consideramos a análise importante por entendermos que os resultados desses trabalhos, a exemplo da dimensão propositiva do programa, amplia o campo da produção e da reflexão sobre fontes, linguagens e metodologias do Ensino de História (MARTINS DA SILVA, 2021, n.p). Além disso, não só nos ajuda a pensar sobre como a produção historiográfica tem contribuído para o avanço das discussões a respeito do ensino da ditadura nas reflexões dos/as docentes, como, também, de que maneira a escola interpela as discussões realizadas no âmbito acadêmico.

O Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória)

Criado em 2013, o Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) é um Programa de Pós- Graduação *strictu sensu* em rede nacional, coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O programa integra as políticas de formação de professores da Educação Básica, implementadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e é resultado dos esforços para uma atuação conjunta entre Escola e Universidade. A respeito do contexto de formação dos mestrados profissionais, Ferreira (2016) aponta que

A preocupação com a formação de professores para atuar em diferentes setores acabou estimulando o desenvolvimento de propostas diferenciadas, com a missão de induzir e fomentar a formação continuada de professores da educação básica. Os diagnósticos sobre a gravidade da situação da educação no país apontavam as deficiências das

licenciaturas e colocavam como prioridade a formação docente. Nesse sentido, a própria Capes, em 2007, teve suas funções ampliadas para também se ocupar da educação básica. Entre as várias propostas apresentadas, uma novidade era a criação dos mestrados profissionais em ensino em rede, que ganhou relevância como alternativa para dar formação continuada para os professores da educação básica. (FERREIRA, 2016, p. 38-39)

É nesse contexto que surge o ProfHistória, com o objetivo de fomentar a formação continuada de docentes de História que estejam atuando na Educação Básica e dar qualificação ao exercício da profissão. Com a primeira turma iniciada em 2014, atualmente o programa conta com a participação de 39 instituições, públicas e privadas, de diferentes regiões do país.

Durante a trajetória no curso, os/as mestrandos/as têm a oportunidade de refletir sobre a sua prática a partir das fundamentações teórico-metodológicas presentes em três linhas de pesquisa oferecidas pelo programa: Saberes Históricos no Espaço Escolar; Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e Difusão; Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória. A linha de pesquisa *Saberes Históricos no Espaço Escolar* trata das especificidades dos saberes e práticas mobilizados na sala de aula durante o processo de ensino e aprendizagem da História. Nesta linha, os/as mestrandos/as são instigados a refletir sobre as condições de formação dos estudantes, bem como sobre a prática do ensino de História. Em *Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e Difusão*, existe a possibilidade de desenvolver trabalhos que problematizem as formas através das quais a linguagem e a narrativa histórica são (ou podem vir a ser) utilizadas em diferentes suportes (filmes, livros, fotografias, música, etc.). Por último, a linha *Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória* foca nas investigações acerca da produção e aprendizagem da História fora do espaço convencional da sala de aula, considerando a forma como o conhecimento histórico se constrói em lugares como museus, teatros e no próprio espaço urbano, problematizando as representações e usos do passado nesses diferentes espaços.

Um aspecto que se destaca no processo formativo do programa é a dimensão propositiva, através da qual os/as docentes elaboram reflexões críticas a respeito das práticas e abordagens realizadas em sala de aula. Em alguns trabalhos, essas reflexões resultam em materiais e atividades que podem ser utilizados por professores de História ou pelos próprios estudantes da Educação Básica. Alguns exemplos da dimensão propositiva são materiais didáticos ou paradidáticos, elaboração de *sites*, *podcasts*, jogos, sequências didáticas, aplicativos, documentários, etc.

Os questionamentos levantados nas pesquisas do ProfHistória são fruto de demandas sociais do tempo presente. Ainda que sejam específicas de um contexto de sala de aula, não estão afastadas de um contexto social mais amplo. Essas indagações também nos dão

informações sobre o cotidiano dos/as professores/as e suas realidades escolares em diferentes regiões do Brasil. É sobre elas que passamos a nos deter agora, a partir da apresentação das dissertações produzidas a respeito do tema da ditadura civil-militar brasileira.

As dissertações sobre ensino da ditadura civil-militar brasileira

Nas dissertações, conforme indicamos anteriormente, buscamos identificar os problemas de pesquisa levantados pelos/as pesquisadores/as, os referenciais teóricos que subsidiaram as investigações e as chamadas proposições didáticas. Esse empreendimento foi realizado a partir da leitura das dissertações, com foco na introdução, na dimensão propositiva e nas considerações finais. O levantamento dos trabalhos considerou dados de dissertações cadastradas no Portal eduCapes e no *site* do Programa de Pós-graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, utilizando os termos “ditadura”, “ensino da ditadura” e “profhistória” na busca.² O critério de seleção foi que esses termos deveriam aparecer no título, no resumo ou nas palavras-chave e, a partir disso, obtivemos o resultado de 30 dissertações. O quadro a seguir apresenta informações sistematizadas dessas dissertações.

Quadro 1: dissertações do ProfHistória sobre o tema da ditadura civil-militar

TÍTULO	ANO	INSTITUIÇÃO	AUTORIA	ORIENTAÇÃO
A Guerrilha do Araguaia: memória, esquecimento e Ensino de História na região do conflito.	2016	Universidade Federal do Tocantins	José Humberto Gomes Barbosa	Euclides Antunes de Medeiros
Memória da resistência à ditadura militar brasileira: guia para utilização de filmes em sala de aula.	2016	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Deborah Silva de Queiroz	Pedro Caldas
Imprensa64.pro.br: materiais didáticos sobre o golpe de Estado de 1964 por meio da imprensa.	2016	Universidade do Estado de Santa Catarina	Juliana Hachmann	Silvia Maria de Fávero Arend

² Realizado no dia 05.10.2021.

Ensino de História: o olhar dos e das estudantes do nono ano da EEEM Lilia Neves (Rio Grande/RS) sobre a Ditadura Civil Militar.	2016	Universidade Federal do Rio Grande	Júlio César Gonçalves Sosa	Adriana Kivanski de Senna
As memórias dos jovens sobre a ditadura civil-militar e a função social do historiador/professor.	2016	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Licia Gomes Quinan	Alessandra Carvalho
Práticas teatrais no ensino de História: contribuições de Augusto Boal e Paulo Freire.	2017	Universidade Federal de Santa Catarina	Cleyton Machado	Jane Bittencourt
Ditadura militar brasileira: memória e ensino em tempos de redemocratização.	2018	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	Carlos Monteiro Alves	Diogo da Silva Roiz Co-orientadora: Marinete A. Zacharias Rodrigues
Tocando na ferida: gênero e ditadura no ensino de História através da análise de testemunhos.	2018	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Isadora Librenza	Mara Cristina de Matos Rodrigues
Para não esquecer: ensino de história e empatia histórica a partir da escrita de biografias de desaparecidos políticos da ditadura civil-militar brasileira.	2018	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Fernando de Lima Nunes	Caroline Pacievitch
Arte de guerrilha e ensino de história: abordagem didática da resistência à ditadura civil-militar no Brasil a partir das obras de Cildo Meireles.	2018	Universidade Federal do Paraná	Izabella Gomes Lopes Bertoni	Clóvis Mendes Gruner
Repressão e resistência na ditadura civil-militar: construção de site temático para o ensino de história local (Curitiba – PR).	2018	Universidade Federal do Paraná	Luiz Gabriel da Silva	Nadia Gaiofatto Gonçalves

Revisão, memória e ensino de história da ditadura civil-militar - por uma prática politizante.	2018	Universidade Estadual de Campinas	Élton Rigotto Genari	Aline Vieira de Carvalho
Tempo de lembrar: memórias da ditadura e Ensino de História do Amapá.	2018	Fundação Universidade Federal do Amapá	Danilo Mateus da Silva Pacheco	Sidney da Silva Lobato
Ensino de História e passados sensíveis: história e memória da ditadura militar nos livros didáticos do Brasil e da Argentina.	2018	Universidade Regional do Cariri	Ellen Natucha Pedroza Bezerra	Sônia Maria de Meneses Silva
Práticas políticas repressivas do século XX e consciência histórica: um propositivo didático das aulas de História no colégio Santa Cruz – Araguaína – TO.	2018	Universidade Federal do Tocantins	Kamila Soares de Araújo Coimbra	Dagmar Maniere
História, narrativa gráfica e a ditadura militar em Belém: presente, passado e futuro pela ótica da arte sequencial.	2019	Universidade Federal do Pará	Plínio Sá de Araújo	Carlos Leandro Esteves
Trilhas da ditadura civil-militar na cidade do Rio de Janeiro: roteiro para Educação em Direitos Humanos.	2019	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Vinícius Ávila da Silva	Carina Martins Costa
O aprendizado da linguagem cinematográfica como suporte para a promoção da consciência crítica nas aulas de história.	2020	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Vitaly Costa e Silva	Alessandra Carvalho
Narrativas dos direitos humanos para humanos à deriva. Uma versão de professores de História.	2020	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Soraya Alves	Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro

Ensino de História, cinema e ditadura civil-militar do Brasil: os filmes Batismo de Sangue e O ano em que meus pais saíram de férias entre História e Memória.	2020	Universidade Federal de São Paulo	Cristal Guerra Donatti	João do Padro Ferraz de Carvalho
Os jornais como suporte pedagógico no ensino de História: a Folha do Subúrbio e a pesquisa em sala de aula.	2020	Universidade do Estado da Bahia	Wagner Aragão Teles dos Santos	Marilécia Oliveira Santos
Memórias em disputa: a ditadura civil-militar e o ensino de História.	2020	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Eleandro Viana da Rosa	Nilton Mullet Pereira
“Era um momento de promessas”: saberes e táticas docentes para o ensino da ditadura civil-militar brasileira no período da redemocratização (1980-1990).	2020	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Roberta da Silva Morais	Caroline Silveira Bauer
Gritos no silêncio: ensino de história e a produção de um olhar cantado sobre a ditadura militar.	2020	Universidade Federal do Pará	Fabício Rogério Moreira Queiroz	Eliane Cristina Soares Charlet
Dom Adriano e ensino de História para os direitos humanos: um mapa digital sobre locais de memória e resistência à ditadura em Nova Iguaçu.	2020	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Samuel Henriques	Daniel Pinha da Silva
Abordagem de temáticas da ditadura civil-militar no jornal “Gazeta de Sergipe” (1968-1978).	2020	Universidade Federal de Sergipe	Mayra Ferreira Barreto	Joaquim Tavares da Conceição

Narrativas da história indígena na escola: um blog para a memória indígena durante a Ditadura Militar.	2020	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Luiz Cristino Magalhães	Helenice Aparecida Bastos Rocha
“Amanhã há de ser outro dia”: a ditadura civil-militar de segurança nacional em sala de aula.	2021	Universidade Federal de Pernambuco	Cíntia Virgínia Sales	Juliana Alves de Andrade
Futebol e Ditadura: o futebol como recurso pedagógico no estudo da ditadura civil-militar em sala de aula.	2021	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Léo Ribeiro Barbosa	Alessandra Carvalho
Análise da representação da ditadura militar nos livros didáticos.	2021	Universidade Estadual de Maringá	Sandra Gorete Gomes de Oliveira	Angelo Priori

De acordo com o Regimento Geral do programa, as dissertações devem ser defendidas no 24º mês do curso. Considerando eventuais atrasos nas defesas, que ocorrem durante o trajeto de pesquisa na pós-graduação, podemos inferir que os trabalhos encontrados se referem às turmas de 2014, 2016 e 2018.³ Tendo em vista esse nosso universo documental, acreditamos que um olhar sobre os acontecimentos políticos desses períodos pode nos dar algumas pistas a respeito da escolha dos/as professores/as pelo tema do ensino da ditadura.

O contexto político-social e a escolha pela temática da ditadura

Conforme com Joffily (2018), as controvérsias públicas e acadêmicas sobre a ditadura, e suas repercussões políticas, giram em torno de cinco questões: sobre o caráter do golpe, a natureza do regime, a relação da sociedade civil com a ditadura, o papel da luta armada e a periodização da ditadura (JOFFILY, 2018, p. 207). Em 2014, alguns eventos contribuíram para acirrar os debates em torno da temática. Neste ano, não apenas rememorávamos os 50 anos do golpe, como também foram finalizados os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV)

³ Disponível em: https://profhistoria.ufrj.br/regulamento_formulario. Acesso em: 27.10.2021.

iniciados em 2012 que, juntamente com as comissões estaduais, lançou luz sobre memórias e acontecimentos até então silenciados. Conforme Joffily, este período foi o ápice de um conjunto de políticas públicas de memória: a Lei de Acesso a Informação, aprovada em 2011, voltada ao acesso de documentos relacionados à ditadura, a criação de memoriais e monumentos públicos, além de uma série de iniciativas que objetivavam ressignificar a nomenclatura de locais públicos que homenageavam ditadores (JOFFILY, 2018, p. 233). Dois anos depois, em 2016, novos acontecimentos políticos trouxeram o tema da ditadura para o debate público. Referindo-se ao processo de *impeachment* sofrido pela presidenta Dilma Rousseff em abril daquele ano, a autora aponta que este

[...] suscitou uma série de comparações com o golpe de 1964. Guardadas as inúmeras diferenças entre os períodos históricos, o episódio, bem como a atuação da CNV, reestabeleceu uma série de conexões entre uma conjuntura que entre muitos gera incompreensão e perplexidade e um passado que não cessa de ser refeito com vistas a explicar o presente. (JOFFILY, 2018, p. 242)

Identificamos nas dissertações do ProfHistória a influência desses debates públicos. Menções aos relatórios finais da CNV e de comissões estaduais foram feitas, sobretudo, nas dissertações de 2016 e 2018. No geral, os trabalhos indicavam as potencialidades do uso dos testemunhos, recolhidos durante o trabalho das comissões, para abordar a questão das disputas de memórias sobre a ditadura em sala de aula. Há o reconhecimento da importância desses trabalhos enquanto política de memória que possibilitou tornar públicas as violações cometidas durante os anos de repressão. No entanto, também são apontadas algumas ambiguidades e indefinições geradas a respeito das memórias do período. É possível identificar duas abordagens na utilização desses relatórios: como fonte de pesquisa para a coleta de dados a respeito da ditadura e, também, como recurso didático para a elaboração das proposições didáticas. De modo geral, observamos que as disputas de memória estão no centro da análise. Apresentamos a seguir alguns exemplos dessas abordagens.

O trabalho de Queiroz (2016), por exemplo, utiliza os relatórios da CNV com o objetivo de identificar e analisar a presença de disputas de memória, entendidas pela autora como resultado do nosso processo de transição democrática, a fim de explicitar “os diferentes processos das redemocratizações, e a importância dos trabalhos de memória na conformação dos direitos à memória e à verdade” (QUEIROZ, 2016, p.9). Os testemunhos analisados pela autora também acabaram fazendo parte da sua proposição didática. Já na pesquisa de Quinan (2016), os trabalhos da CNV foram diretrizes para a construção da sua justificativa. De acordo com a autora, sua dissertação é parte de “um esforço em situar o ensino da ditadura militar como

um braço da justiça de transição” e, por isso, se baseia nas recomendações do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, que enfatiza a importância de promover atividades pedagógicas voltadas para a construção da memória sobre o período ditatorial (QUINAN, 2016, p. 13). O professor Genari (2018), preocupado em refletir sobre a potencialidade de determinadas metodologias e práticas que propiciem aos alunos e às alunas uma leitura mais crítica a respeito das representações sobre a ditadura, propôs investigar “as ambiguidades do processo de constituição da memória sobre a ditadura a partir de reflexões sobre os impactos da instituição e atuação da Comissão Nacional da Verdade no Brasil” bem como de outras comissões criadas (GENARI, 2018, p.13). Ainda que reconheça a importância dos trabalhos das comissões de trazer à tona acontecimentos até então invisibilizados, o autor argumenta que

Também é sintomático que, em embates pelo direito à justiça e à memória, o esforço revisionista com intento de apagar os crimes cometidos pelo Estado e seus agentes tenha crescido em número e em intensidade. De certa forma, essa política de memória acirrou a disputa em torno de qual seria a narrativa legítima [sobre a ditadura]. (GENARI, 2018, p.34)

Percebemos que os/as professores/as interpretam essas disputas de memória como elementos que podem potencializar as discussões em sala de aula, e podem ser utilizados como fontes para os debates com os/as alunos/as. Pacheco (2018), por exemplo, analisa as memórias orais geradas durante as oitivas da Comissão Estadual da Verdade do Amapá, e ressalta as potencialidades para seu uso em sala de aula. O autor entende que esses testemunhos “podem ser utilizados pelos professores no ensino de história e que podem contribuir na formação de uma compreensão crítica desse passado de modo a orientar os alunos no presente” (PACHECO, 2018, p. 24). Barreto (2020) também utiliza dados produzidos pelos relatórios na elaboração das suas atividades. Para a autora, “a falta de conhecimento, pela população, das prisões ilegais, dos assassinatos, das torturas e desaparecimentos provoca a ausência de uma memória coletiva, garantindo assim o apoio ou a indiferença de várias pessoas que insistem em defender o regime” (BARRETO, 2020, p.21-22). E acrescenta que

A CNV teve um papel importante nas investigações das violações aos direitos humanos, ocorridas entre 1964 e 1985, constituindo um importante documento para resgatar a memória da repressão em uma sociedade marcada pelo esquecimento. Entretanto, é preciso mais ações em resgate às vítimas das arbitrariedades dos militares. Desta forma, a nossa função como professor (a) de história na situação do Brasil atual é possibilitar a formação crítica do aluno a respeito de práticas autoritárias, para que sempre atuem em defesa aos direitos humanos e da democracia acima de quaisquer circunstâncias. (BARRETO, 2020, p.22)

Como é possível perceber, as diferentes interpretações em torno das memórias sobre a ditadura, e as disputas que geram, ocorrem não só porque o regime ditatorial faz parte da história recente do país, mas também, e talvez principalmente, porque (re)elabora memórias de um passado sensível, atribuindo significados a partir das demandas do tempo presente. De acordo com Gasparotto e Bauer (2021),

A designação de um passado ou de um tema enquanto sensível remete a processos e acontecimentos muito diversos, mas de forma geral abarca eventos traumáticos, vinculados a situações extremas de violência e opressão – como é o caso da escravidão negra nas Américas ou das experiências ditatoriais latino-americanas – e que forjam memórias e interpretações diferentes e controversas. (GASPAROTTO; BAUER, 2021, p.442)

Apontamos, ainda, que esse processo é permeado pela subjetividade das experiências individuais e coletivas que, mobilizando temporalidades distintas, atravessam a construção das narrativas históricas. A identificação e as aproximações que diferentes sujeitos fazem com o passado não se dá de forma linear uma vez que “há diferentes elementos, situações e condições que tornam uma história difícil de ser ensinada e que o grau de dificuldade também se modifica ao longo do tempo” (GASPAROTTO; BAUER, 2021, p.443). No que diz respeito ao ensino da ditadura, as autoras apontam alguns elementos que tornam esse tema difícil de ser abordado nas salas de aula, como a questão das memórias – individuais e coletivas – que atravessam as narrativas sobre o período; a reprodução, em materiais e livros didáticos, de uma narrativa linear e cronológica que por vezes reforça a ideia de confronto entre “dois lados” como forças equiparáveis; as limitações das políticas de memória sobre a ditadura no Brasil, que teriam contribuído para que o tema ficasse envolto em silêncio e esquecimento (GASPAROTTO; BAUER, 2021, p. 443-444).

Percebemos que a aproximação e a tentativa de trabalhar com o passado sensível é uma questão latente na sala de aula, dado o número significativo de professores/as que escolheu abordar a questão das memórias da ditadura. Dos 30 trabalhos analisados, 15 propõem fazer análises sobre a questão das memórias da ditadura na forma como se configuram no presente, e no passado. Nesse sentido, destacaram-se em número aquelas desenvolvidas nos anos de 2016 e 2018: no primeiro caso, três pesquisas de um total de cinco tratam sobre as memórias do período ditatorial e, no segundo, sete trabalhos de um total de nove. Entendemos ser significativo esse resultado, sobretudo quando ampliamos o olhar para a conjuntura político-social daquele período. As dissertações finalizadas em 2018, por exemplo, são fruto de trabalhos iniciados em 2016 – período de intensos debates políticos conforme mencionamos anteriormente. Soma-se a este contexto o fato de que 2018 foi o ano de novas eleições

presidenciais cujos resultados estão diretamente relacionados com a conjuntura dos anos anteriores, e que levou à presidência um político de extrema-direita declaradamente apoiador da ditadura. Outras efemérides se somam aos debates: 30 anos da nossa última Constituição, 50 anos do Ato Institucional nº 5, 50 anos da Passeata dos Cem Mil, 70 anos da primeira publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Como se pode perceber, muitos temas poderiam ser utilizados para enriquecer as discussões em sala de aula, não só sobre ditadura brasileira e memória, mas também sobre democracia, direitos humanos, mobilização da sociedade civil, entre inúmeras possibilidades.

Entendemos que essa conjuntura foi determinante para a escolha do tema pelos/as docentes, tendo em vista que

[...] as aulas de História são sempre elaboradas no tempo presente, entendido não como recorte temporal específico, mas no sentido de que as interações e os significados conferidos ao passado devem ser compreendidos a partir de sua relação com o tempo vivido por professores e estudantes. (CARVALHO, 2021, p.4)

Assim, entendemos que as escolhas dos/as professores/as estão diretamente relacionadas aos eventos recorrentes em sala de aula e às problemáticas que identificam tanto a nível de ensino de História quanto no âmbito social. Na conjuntura de elaboração de seus trabalhos, os/as professores/as demonstraram grande preocupação com a ascensão de um discurso conservador e na forma como os/as estudantes vinham reproduzindo esse discurso; nos usos do passado sobre a ditadura e como isso têm contribuído para uma “guerra de narrativas” sobre o período; identificam, também, resquícios do passado autoritário no presente e uma crescente desvalorização dos valores democráticos e dos direitos humanos a partir de relativizações da tortura e da repressão. Veremos, a seguir, que questões aparecem nas narrativas dos/as professores/as.

A professora Quinan (2016), por exemplo, relata: “trabalhando há nove anos na educação básica, dando aula nas redes pública e privada de ensino, me deparei diversas vezes com jovens em idade escolar reproduzindo a ideia da existência de pontos “positivos” e “negativos” da ditadura.” (QUINAN, 2016, p.11). O embate entre “dois lados” também foi identificado por Genari (2018):

Esta pesquisa nasceu de um evento recorrente na sala de aula do Ensino Médio: o estranhamento expressado por estudantes diante de narrativas conflituosas sobre a ditadura civil-militar (1964-1985) encontradas na internet, boa parte delas buscando validar ou negar as inúmeras violações do regime, seus agentes e apoiadores aos Direitos Humanos. (GENARI, 2018, p.13)

A maneira como as memórias sobre a ditadura (re)elaboram sentimentos e significados a respeito do período por parte dos/as estudantes também foi um elemento catalisador para a escolha do tema na pesquisa de Henriques (2020). O autor relata:

A partir da provocação nas aulas, percebia-se o quanto o uso da memória gerava enfrentamentos, sendo capaz de influenciar jovens, de maneira a despertar sentimentos e sensações, saudades e raiva sobre momentos que não vivenciaram. Muitos jovens, durante as aulas, desenvolvem um discurso de defesa ao período de governo militar no Brasil. (HENRIQUES, 2020, p. 13)

Conforme mencionamos anteriormente, o trabalho com passados sensíveis no ensino de História, a exemplo do tema da ditadura civil-militar, exige que pensemos nos significados que são atribuídos pelos sujeitos aos acontecimentos, pois a maneira como são interpretados e mobilizados têm relação com dinâmicas que vão além daquilo que é ensinado em sala de aula. Esse processo é exemplificado em outro relato de Henriques (2020):

Como professor de história da rede pública e privada, muito me intrigava a narrativa dos alunos a respeito de temas que não vivenciaram ou estudaram. Posicionamentos sobre determinadas questões sem muita sustentação, mas com muita propriedade. Nos aprofundamentos dos debates notava que muitas de suas conclusões vinham de sua bagagem cultural familiar, um depoimento de um tio, uma experiência vivida pela avó ou até mesmo memórias de parentes de amigos. Além disso, numa geração nativa digital, através de histórias compartilhadas nas redes sociais. (HENRIQUES, 2020, p. 16)

As circunstâncias de ensino sobre a ditadura em suas escolas também foi objeto de reflexão nos trabalhos. Por exemplo, Pacheco (2018) identificou algumas carências de materiais para o ensino da ditadura em sua realidade escolar, conforme relata:

Nas entrevistas que realizamos com os docentes da disciplina de história de escolas de Macapá, alguns professores falaram da carência que a educação amapaense tem de materiais didáticos para o estudo do tema da ditadura em sua dimensão local com os alunos, e que pesquisadores deveriam facilitar a consulta de suas pesquisas. Há importantes estudos de historiadores locais sobre a história do Amapá que estão distantes da educação básica. Ainda não há o diálogo entre eles. (PACHECO, 2018, p.94)

A professora Queiroz (2016), ao identificar disputas de memória na historiografia sobre o tema, questiona determinadas “representações cristalizadas”: “por que a luta armada e as guerrilhas, urbana e rural, só aparecem e relacionam-se ao período posterior ao Ato Institucional número 5? Por que a tortura só é apresentada no *locus* privilegiado do pós-AI-5?” (QUEIROZ, 2016, p.4). Para a autora, essas visões influenciam a apresentação dos conteúdos nos materiais didáticos que chegam nas escolas. Ao fazerem esses tipo questionamentos, os/as docentes estão

tensionando a produção historiográfica acadêmica, demonstrando a indissociabilidade entre pesquisa universitária e exercício da docência na Educação Básica.

O ensino da ditadura civil-militar em perspectiva

Conforme indicamos anteriormente, o ensino da história da ditadura civil-militar vem sendo trabalhado de forma significativa a partir das categorias conceituais sobre memória. Por exemplo, Barbosa (2016) propôs refletir sobre como as memórias da Guerrilha do Araguaia estão sendo trabalhadas em sala de aula, na região do conflito, e busca identificar se o tema tem sido abordado nos livros didáticos de História nas escolas onde executou a pesquisa. A escolha pelo recorte se deu a partir da constatação de que o tema da Guerrilha é pouco explorado e de que a história regional ganhava pouca atenção. Percebemos em outros trabalhos essa preocupação com a História Local e a necessidade, justificada pelos/as autores/as, de desenvolver trabalhos sobre a temática da ditadura que fossem além do eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Luiz Gabriel da Silva (2018) mapeou locais que foram simbólicos no que diz respeito à repressão e à resistência em Curitiba, trazendo para a sua dissertação debates sobre a memória no espaço urbano. Como resultado, o autor elaborou um site temático onde cartografa esses lugares.⁴

Iniciativas similares foram realizadas por Silva (2019) e Henriques (2020), porém no território do estado do Rio de Janeiro. Vinícius Ávila da Silva (2019) propôs uma intervenção pedagógica sobre o ensino da ditadura civil-militar brasileira através de oficinas e tendo como espaço urbano o centro da cidade do Rio de Janeiro. Através de um roteiro patrimonial, o autor sugere pensar a historicidade da cidade e dos lugares que guardam memórias invisibilizadas. Já Henriques (2020) elaborou um mapa digital sobre locais de memória e resistência à ditadura em Nova Iguaçu.⁵ Igualmente preocupado com a inserção da história local, Pacheco (2018) analisa as memórias da ditadura presentes e ausentes no ensino de História do Amapá. O autor busca refletir sobre as potencialidades dos testemunhos levantados pela CNV e pela Comissão da Verdade do Estado do Amapá para o ensino de História. Acontecimentos locais também foram geradores de inquietações pessoais e profissionais para Eleandro Viana da Rosa. A partir das polêmicas suscitadas pela retirada do busto de Artur da Costa e Silva de uma praça na

⁴ Disponível em: <https://ditaduraemcuritiba.com.br/>. Acesso em: 25.10.2021.

⁵ Disponível em: <https://uploads.knightlab.com/storymapjs/f64e5552afe090e62eae644e7ce929b9/locais-de-memoria-dom-adriano-hypolito/index.html>. Acesso em: 24.10.2021.

cidade de Taquari, no Rio Grande do Sul, Da Rosa (2020) elabora seu trabalho pensando nas relações entre ensino de História e as memórias da ditadura.

As questões sobre as memórias do período ditatorial também vêm sendo trabalhadas a partir de outros enfoques e com a utilização dos mais variados recursos didáticos. Nesse sentido, encontramos trabalhos que utilizaram os testemunhos de pessoas atingidas pela repressão no período ditatorial. Em sua grande maioria, os materiais selecionados são resultado das políticas públicas de memória levadas a cabo na primeira metade dos anos 2000, como a já mencionada CNV, mas também o Projeto *Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil*, vinculado à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Foi utilizando um conjunto de entrevistas deste último projeto, por exemplo, que Isadora Librenza (2018) escreveu sua dissertação sobre a atuação das mulheres na resistência à ditadura. A partir das categorias de gênero e ditadura, a autora buscou compreender como se davam os processos de produção de saberes escolares sobre o tema em alunos da Educação Básica. Na dissertação de Nunes (2018), o foco era pensar sobre o ensino da ditadura a partir de práticas pedagógicas de construção de biografias históricas. O autor buscou investigar a potencialidade do uso de escritos biográficos para a aprendizagem em História. Para isso, utilizou como recurso didático os testemunhos recolhidos durante os trabalhos da CNV. Outra abordagem interessante foi feita por Genari (2018) que, utilizando os testemunhos do livro *Infância Roubada: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil* (2014), construiu uma sequência didática visando apresentar aos alunos e às alunas os impactos da ditadura para além da repressão, ou seja, como o aparato repressivo atingiu aqueles/as que não estavam diretamente envolvidos na resistência.

As narrativas sobre a ditadura brasileira também foram investigadas em fontes como livros didáticos, como na pesquisa de Bezerra (2018). Em sua dissertação, a autora faz um estudo comparativo dos livros didáticos de História do Brasil e da Argentina, objetivando explicar as tensões em torno da memória e do esquecimento, e o impacto disso para a construção dos conteúdos escolares pertinentes ao tema da ditadura.⁶ Quinan (2016) propôs um trabalho que refletisse sobre as memórias que os/as estudantes têm construído sobre a ditadura e o papel do historiador/professor de História diante dessas (re)elaborações. Já Donatti (2020) procurou compreender as disputas de memória sobre a temática da ditadura na forma como elas estão inseridas no campo cinematográfico, pensando na potencialidade da relação História e Cinema para as aulas de História. Assim, tomou como objeto os filmes *O ano em que meus pais saíram de férias* (2006) e *Batismo de Sangue* (2006). Conforme a autora, através desses filmes é

⁶ Os resultados da pesquisa deram origem a um blog educativo destinado aos alunos e professores do Ensino Médio. Disponível em: <http://memoriasdasditaduras.com.br/>. Acesso em: 25.10.2021.

possível trabalhar questões como a memória do exílio, o elemento da tortura, as denúncias à ditadura e até mesmo sobre o futebol como elemento memorialístico.

Foi refletindo sobre o futebol como recurso pedagógico nas aulas de História que Barbosa Ribeiro (2021) escreveu sua dissertação. Para o autor, o estudo sobre a ditadura na Educação Básica é majoritariamente abordado a partir da perspectiva política, não permitindo que os/as alunos tenham uma visão mais ampla sobre como outros setores e atores sociais, que não faziam parte desse “universo político”, também foram atingidos pela repressão. Assim, propôs reflexões sobre como o esporte serviu de propaganda para o governo militar e, também, como forma de resistência à ditadura. Já Magalhães (2020) observou certa fragilidade na oferta de conhecimentos sobre os povos indígenas nos livros didáticos e, por isso, realizou um estudo sobre a presença e atuação dos povos indígenas durante a ditadura civil-militar, objetivando contribuir para a ampliação do conhecimento da questão indígena no período.⁷

Outras dissertações exploraram os jornais e a imprensa como fonte para o ensino da história da ditadura. Foi a partir da preocupação com o desenvolvimento da leitura crítica dos/as estudantes e na forma como vêm interpretando os discursos jornalísticos, que Hachmann (2016), Santos (2020) e Barreto (2020) apresentaram suas reflexões e propostas. Nesse sentido, Juliana Hachmann (2016) desenvolveu atividades sobre a relação da imprensa com o golpe de Estado de 1964, partindo das representações antagônicas da imprensa do período a respeito do governo de João Goulart, sugerindo uma metodologia para a análise desse tipo fonte em sala de aula. A partir da utilização de um periódico local da região metropolitana de Salvador, tendo como recorte temporal os anos de 1963-1966, Santos (2020) trabalhou com seus/suas aluno/as os métodos da pesquisa documental que permitiu, na visão da autora, “o estímulo a uma visão problematizadora sobre o discurso jornalístico” (SANTOS, 2020). O potencial didático dos jornais para a aprendizagem histórica também é pontuado por Mayra Barreto (2020), que utiliza o periódico “*Gazeta de Sergipe*” (1968-1978) para compreender de que maneira o jornal retratava a ditadura civil-militar para a sociedade sergipana e, a partir disso, elaborou um caderno de atividades utilizando as fontes jornalísticas para a compreensão do período histórico.

A arte, o teatro e a música também foram abordados nas dissertações como recursos didáticos para trabalhar a ditadura brasileira em sala de aula. Machado (2017) analisa as potencialidades das práticas teatrais para o ensino da História, tendo como recorte temático a ditadura. Bertoni (2018) investiga o papel desempenhado pelas imagens artísticas no processo pedagógico e de que maneira obras contemporâneas podem ser utilizadas em sala de aula como

⁷ O blog criado pelo autor, resultado de sua proposição didática, está disponível em: <https://bnarrativas.wordpress.com/>. Acesso em: 24.10.2021.

fontes para o ensino da história da resistência à ditadura. A autora analisou a chamada “arte de guerrilha” (produção artística visual de resistência à ditadura realizada sobretudo na segunda metade dos anos 1960). A música foi utilizada por Queiroz (2020) para ensinar sobre a ditadura e observar o impacto gerado nos/as discentes. A intenção do autor foi refletir sobre a expressão da consciência histórica através da linguagem musical e, para isso, propôs aos alunos e às alunas a composição de uma canção na qual expressassem suas concepções, visões de mundo e aquilo que aprenderam sobre a temática da ditadura.⁸

Os saberes docentes mobilizados para o ensino da ditadura civil-militar também foram valorizados nas pesquisas. Alves (2020) procurou compreender como professores/as operam os saberes que ensinam sobre a ditadura e os Direitos Humanos. O trabalho foi feito a partir da análise de um conjunto de planos de aula elaborados por professores/as como requisito parcial na seleção de ingresso para o Mestrado Profissional em Ensino de História, realizado em 2018. Também tendo como objeto de análise os saberes docentes, Morais (2020) objetivou refletir sobre as alternativas buscadas pelos professores de História para ensinar a temática da ditadura durante o período da redemocratização, buscando identificar se existiram desafios para abordá-la em sala de aula naquele contexto.

Por identificarmos grande número de trabalhos que se preocupam com a questão das disputas de memórias em relação ao tema da ditadura, achamos importante apresentar um breve levantamento dos referenciais que têm sido utilizados pelos/as pesquisadores/as. Assim, identificamos a utilização dos/as seguintes autores/as: Michael Pollak, Maurice Halbwachs, Paul Ricoeur, Andreas Huyssen, Elizabeth Jelin, Pierra Nora, Tzvetan Todorov, Ecléa Bosi, Aleida Assmann e Beatriz Sarlo. As categorias conceituais desenvolvidas por esses/as autores/as foram utilizadas para compreender os diferentes tipos de memória e quais acontecimentos causam sua emergência; debater sobre as relações entre memória e História; pensar a relação entre políticas de memória e esquecimento; sobre nossos vínculos (ou a ausência deles) com os “lugares de memória”. Juntamente com esses conceitos, percebemos que eram mobilizadas as categorias “consciência histórica” e “cultura histórica”, marcadamente através das reflexões de Jörn Rüsen, mas também de Luis Fernando Cerri, e “empatia histórica” através de Peter Lee e Rosalyn Ashby.

⁸ A produção está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wdc6vka30ss>. Acesso em: 23.10.2021.

Algumas considerações finais

Como podemos observar, o ensino da história da ditadura civil-militar vem sendo pensado a partir de várias perspectivas e abordagens. As/os professoras/es têm se empenhado em produzir trabalhos que ampliam as possibilidades de recursos didáticos para o ensino da temática a partir de arcabouços teórico e metodológicos que possibilitem uma aprendizagem crítica aos/as alunos/as. A partir das categorias conceituais escolhidas pelos/as docentes, observamos que há uma preocupação em compreender como os/as estudantes apreendem o conteúdo histórico e aplicam esse conhecimento em suas vidas. Dessa forma, os/as pesquisadores/as atribuem significativa relevância às noções que os/as alunos/as possuem sobre a ditadura e à forma como as narrativas sobre o tema vêm sendo elaboradas em espaços escolares e não-escolares. Entendemos que essas escolhas teórico-metodológicas estejam relacionadas com as motivações da escolha do tema de pesquisa. Como demonstramos anteriormente, há uma evidente preocupação com um ensino de História capaz de fortalecer os valores democráticos, o conceito de cidadania, de democracia e as liberdades individuais e coletivas, bem como a necessidade de conscientização sobre os Direitos Humanos. Talvez, em razão disso, os/as docentes tenham escolhido referenciais teóricos que mobilizem o aprendizado a partir da perspectiva da conscientização e sensibilização a respeito do conhecimento histórico sobre a ditadura.

Quando os/as professores/as falam em suas dissertações sobre como os/as alunos/as vêm reproduzindo um discurso conservador, observam que 1. os jovens que defendem a ditadura, muitas vezes, reproduzem memórias familiares e 2. o grande fluxo de informações que circula nas mídias e na internet possui um peso considerável na construção de suas narrativas. Assim, através de atividades utilizando documentos históricos, percebe-se que os/as professores/as têm proposto atividades que aproximem os estudantes do método historiográfico para que, dessa forma, aprendam a fazer uma leitura crítica da sociedade em que vivem.

Nem todos os trabalhos que apresentamos tinha como objeto de análise o ensino da ditadura. Em alguns deles esse período histórico era um recorte temporal para a realização de determinada metodologia de ensino-aprendizagem. No entanto, entendemos que era pertinente apresentá-los porque, primeiro, nos dizem muito sobre o papel social que atribuem ao ensino de História e às suas atuações enquanto professores/as da disciplina. Segundo, indicam os caminhos teóricos e metodológicos que vêm sendo abordados em sala de aula para ensinar sobre a ditadura civil-militar.

Diante do exposto, é possível perceber que o Mestrado Profissional em Ensino de História vem provocando reflexões enriquecedoras a respeito do ensino de História. As produções têm causado impactos na educação, envolvendo não apenas os/as professores/as que cursam o mestrado, mas também outros sujeitos envolvidos com a cultura escolar (MARTINS DA SILVA, 2021, n.p). A dimensão propositiva do programa não se limita a sala de aula, uma vez que *sites*, *podcasts* e *blogs*, por exemplo, podem ser acessados por qualquer pessoa que tenha interesse pelo conhecimento histórico. Em suma, esperamos que a compreensão e contextualização dessas produções possa repercutir, futuramente, em ações voltadas à produção do conhecimento histórico sobre o tema da ditadura tanto a nível da Educação Básica quanto no Ensino Superior.

LISTA DE DISSERTAÇÕES UTILIZADAS COMO FONTE DE ESTUDO:

ALVES, Carlos Monteiro. **Ditadura militar brasileira: memória e ensino em tempos de redemocratização**. 39f. 2018. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Amambaí, Amambaí, 2018.

ALVES, Soraya Fernandes. **Narrativas dos direitos humanos para humanos à deriva. Uma versão de professores de História**. 126f. 2020. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História em Rede Nacional, Rio de Janeiro, 2020.

ARAÚJO, Plínio Sá de. **História, narrativa gráfica e a ditadura militar em Belém: presente, passado e futuro pela ótica da arte sequencial**. 207 f. 2019. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Ananindeua, Mestrado Profissional em Ensino de História, Ananindeua, 2019.

BARBOSA, José Humberto Gomes. **A guerrilha do Araguaia: memória, esquecimento e Ensino de História na região do conflito**. 158f. 2016. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Araguaína, Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História, Araguaína, 2016.

BARBOSA RIBEIRO, Léo. **Futebol e Ditadura: o futebol como recurso pedagógico no estudo da ditadura civil-militar em sala de aula**. 109f. 2021. Dissertação (Mestrado).

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História em Rede Nacional, Rio de Janeiro, 2021.

BARRETO, Mayra Ferreira. **Abordagem de temáticas da ditadura civil-militar no jornal “Gazeta de Sergipe” (1968-1978)**. 100f. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

BERTONI, Izabella Gomes Lopes. **Arte de guerrilha e ensino de história: abordagem didática da resistência à ditadura civil-militar no Brasil a partir das obras de Cildo Meireles**. 248f. 2018. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Curitiba, 2018.

BEZERRA, Ellen Natucha Pedroza. **Ensino de História e passados sensíveis: história e memória da ditadura militar nos livros didáticos do Brasil e da Argentina**. 202 f. 2018. Dissertação (Mestrado). Universidade Regional do Cariri, Centro de Humanidades, Crato, 2018.

COIMBRA, Kamila Soares de Araujo. **Práticas políticas repressivas do século XX e consciência histórica: um propositivo didático das aulas de História no colégio Santa Cruz – Araguaína – TO**. 75f. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional). Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Araguaína, Curso de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História, Araguaína, 2018.

DA ROSA, Eleandro Viana. **Memórias em disputa: a ditadura civil-militar e o ensino de História**. 123f. 2020. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Porto Alegre, 2020.

DONATTI, Cristal Guerra. **Ensino de História, cinema e ditadura civil-militar do Brasil: os filmes Batismo de Sangue e O ano em que meus pais saíram de férias entre História e Memória**. 114f. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História), Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Humanas, Guarulhos, 2020.

GENARI, Élton Rigotto. **Revisionismo, memória e ensino de história da ditadura civil-militar - por uma prática politizante.** 138f. 2018. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2018.

HENRIQUES, Samuel de Almeida. **Dom Adriano e ensino de História para os direitos humanos: um mapa digital sobre locais de memória e resistência à ditadura em Nova Iguaçu.** 127f. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTÓRIA). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, São Gonçalo, 2020.

HACHMANN, Juliana. **Imprensa64.pro.br: materiais didáticos sobre o golpe de Estado de 1964 por meio da imprensa.** 128f. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História, Florianópolis, 2016.

LIBRENZA, Isadora Ritterbusch. **Tocando na ferida: gênero e ditadura no ensino de História através da análise de testemunhos.** 87f. 2018. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Porto Alegre, 2018.

MACHADO, Cleyton. **Práticas teatrais no ensino de História: contribuições de Augusto Boal e Paulo Freire.** 130f. 2017. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Florianópolis, 2017.

MAGALHÃES, Luiz Cristino. **Narrativas da história indígena na escola: um blog para a memória indígena durante a Ditadura Militar.** 81f. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTÓRIA). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, São Gonçalo, 2020.

MORAIS, Roberta da Silva. **“Era um momento de promessas”: saberes e táticas docentes para o ensino da ditadura civil-militar brasileira no período da redemocratização (1980-1990).** 101f. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional). Universidade Federal do Rio Grande

do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Porto Alegre, 2020.

NUNES, Fernando de Lima. **Para não esquecer: ensino de história e empatia histórica a partir da escrita de biografias de desaparecidos políticos da ditadura civil-militar brasileira**. 225f. 2018. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Porto Alegre, 2018.

OLIVEIRA, Sandra Gorete Gomes de. **Análise da representação da ditadura militar nos livros didáticos**. 112f. 2021. Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Maringá, 2021.

PACHECO, Danilo Mateus da Silva. **Tempo de lembrar: memórias da ditadura e Ensino de História do Amapá**. 136f. 2018. Dissertação (Mestrado). Fundação Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Macapá, 2018.

QUEIROZ, Deborah Silva de. **Memória da resistência à ditadura militar brasileira: guia para utilização de filmes em sala de aula**. 219f. 2016. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de História, Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História, Rio de Janeiro, 2016.

QUEIROZ, Fabrício Rogério Moreira. **Gritos no silêncio: ensino de história e a produção de um olhar cantado sobre a ditadura militar**. 102f. 2020. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Ananindeua, Ananindeua, 2020.

QUINAN, Licia Gomes. **As memórias dos jovens sobre a ditadura civil-militar e a função social do historiador/professor**. 84f. 2016. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Rio de Janeiro, 2016.

SALES, Cíntia Virgínia. **“Amanhã há de ser outro dia”: a ditadura civil-militar de segurança nacional em sala de aula**. 128f. 2021. Dissertação (Mestrado). Universidade

Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Recife, 2021.

SANTOS, Wagner Aragão Teles dos. **Os jornais como suporte pedagógico no ensino de História: a Folha do Subúrbio e a pesquisa em sala de aula.** 146f. 2020. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Salvador, 2020.

SILVA, Luiz Gabriel da. **Repressão e resistência na ditadura civil-militar: construção de site temático para o ensino de história local (Curitiba – PR).** 151f. 2018. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Curitiba, 2018.

SILVA, Vinícius Ávila da. **Trilhas da ditadura civil-militar na cidade do Rio de Janeiro: roteiro para Educação em Direitos Humanos.** 95f. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, São Gonçalo, 2019.

SILVA, Vitaly Costa e. **O aprendizado da linguagem cinematográfica como suporte para a promoção da consciência crítica nas aulas de história.** 112f. 2020. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História em Rede Nacional, Rio de Janeiro, 2020.

SOSA, Júlio César Gonçalves. **Ensino de História: o olhar dos e das estudantes do nono ano da EEEM Lilia Neves (Rio Grande/RS) sobre a Ditadura Civil Militar.** 152f. 2016. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande, Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História, Rio Grande, 2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CARVALHO, Alessandra. O ensino da ditadura civil-militar no tempo presente pelo olhar dos professores mestres do ProfHistória. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 33, e0103, maio/ago. 2021.

FERREIRA, Marieta de Moraes. O ensino da História, a formação de professores e a Pós-Graduação. **Anos 90**, Porto Alegre, v.23, n.44, dez. 2016, p. 21-49.

GASPAROTTO, Alessandra; BAUER, Caroline Silveira. O ensino de História e os usos do passado: a ditadura civil-militar em sala de aula. *In*: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet (orgs.). **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. 2. ed. [e-book] São Leopoldo: Oikos, 2021.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204 - 251, jan./mar. 2018.

MARTINS DA SILVA, Mônica. A formação docente no PROFHISTÓRIA: reflexões tramadas em experiências de compartilhamento de saberes. **Revista Palavras ABEHrtas**, n.0, jun. 2021.

MATOS, Júlia S.; SENNA, Adriana K. O historiador-docente entre as práticas e os saberes das políticas de formação continuada. **II Seminário de História Política**: olhares além das práticas, 16 e 17 de junho de 2011, Rio Grande, p. 13-30.